
Observatório de Participação das Juventudes: uma proposta de mapeamento de modalidades de participação político-cidadã a partir do uso de tecnologias digitais¹

Aline Cristina CAMARGO²

Universidade Estadual Paulista Unesp, Bauru, SP

Resumo

Historicamente tem-se observado a inserção das tecnologias nos processos de transformação econômica, social, cultural e política. Neste sentido, este artigo tem como objetivo abordar de que maneiras a tecnopolítica e a comunicação participativa fortaleceram formas de integração comunitária e de mobilização social nos últimos anos. Para tal foram aplicados i) questionários eletrônicos a uma amostra composta por 500 jovens das cinco regiões brasileiras, além de ii) entrevista episódica com 30 jovens e iii) mapeamento de práticas participativas. Os resultados apontam para o desafio no combate da tendência burocratizante e autoritária a ser enfrentada pelas instituições públicas e pelos cidadãos, bem como zelar para fortalecer as participações democráticas utilizando outros recursos e ferramentas coletivas a partir das tecnologias digitais, como, por exemplo, a internet.

Palavras-chave: Ação Coletiva; Esfera Pública; Juventudes; Participação; Tecnologias Digitais.

Introdução

Observa-se que a internet tem produzido significativas modificações nas várias esferas da vida humana, inclusive no campo político. Neste contexto, os cidadãos, sobretudo os jovens, têm encontrado nela um meio de mobilização e participação política, principalmente com a emergência da Web 2.0.

Ainda assim, embora as tecnologias estejam mudando a forma de fazer política, continuamos com as instituições do século XIX, que já não têm capacidade de canalizar de forma real as necessidades daqueles que representam. Tal cenário gera mobilizações políticas que buscam uma nova configuração político-social. Ao mesmo tempo, às margens do poder atual, surgem novas formas de fazer política, com base na confiança mútua, na colaboração e no estabelecimento de direitos de cidadania a partir da cultura participativa.

Neste cenário, tecnologias sociais, descentralizadas e abertas, atuam como ferramentas de inclusão, educação e participação e há um movimento de apropriação de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Mídia e Tecnologia, mestra em Comunicação e bacharel em Comunicação Social: Jornalismo. E-mail: aline.c.camargo@unesp.br.

tecnologias para a ação coletiva. Assim, há novas formas de ação coletiva com infraestrutura de mobilização do cidadão que transforma a indignação em insurgência.

O século XXI apresenta a política isolada da sociedade. Líderes tradicionais, partidos políticos e instituições públicas sofrem uma crise de legitimidade e credibilidade. Apatia, falta de interesse na questão política, queda no número de comparecimento eleitoral³ - especificamente entre jovens⁴ - e baixa adesão a partidos eleitorais e sindicatos, por exemplo, são algumas das consequências da atual situação do país.

Se por um lado há indícios de desconfiança nas instituições políticas tradicionais, por outro há a proliferação de formas não convencionais de participação, marcadas pela cidadania informada e ação coletiva. Alguns movimentos, como o #VemPraRua brasileiro, o #YaMeCansé mexicano e #Yasunidos equatoriano são exemplos de manifestações de massa na América Latina. Esse cenário é consequência da retirada das liberdades, da qualidade da governança e da redução da proteção dos direitos civis e políticos. O sucesso de Trump nos EUA, a opção pelo Brexit no Reino Unido, a ascensão da Frente Nacional na França, o Partido da Liberdade da Áustria e, mais recentemente, a escolha de Jair Bolsonaro no Brasil são expressões desse processo ao redor do mundo.

Por outro lado, é possível identificar uma perspectiva mais horizontal de ação política baseada no uso de tecnologias digitais. Embora este contexto seja marcado por desigualdades de acesso, são observadas novas formas de intervenção política, por exemplo, a partir do uso da Internet, apresentada como um espaço privilegiado para a participação não convencional.

Considerada elemento central da qualidade da democracia, a participação política tem recebido atenção de pesquisadores ao redor do mundo. Como afirma Norris (2001) as formas “não-convencionais” de participação, como protestos, petições e boicotes, ganharam importância empírica e teórica nas últimas décadas, sendo algumas delas até mais frequentes do que as atividades políticas consideradas mais tradicionais, como o voto e o associativismo.

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/abstencao-atinge-203-maior-percentual-desde-1998.ghtml>>. Acesso em: 26 set. 2020.

⁴ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/numero-de-eleitores-que-foram-as-urnas-cresceu-nas-cidades-com-biometria-obrigatoria.shtml>>. Acesso em: 26 set. 2020.

Neste contexto, é possível identificar alguns fatores que historicamente têm incidido na configuração de um tipo de cultura política de caráter híbrido, “que mistura posturas favoráveis à democracia e predisposições negativas em relação às instituições políticas” (BAQUERO, 2003, p. 83). Neste cenário, destaca o autor, há condições favoráveis ao aumento do capital social e político, o que também aumentaria o poder dos cidadãos a partir de sua maior inserção e participação na arena política. Por outro lado, Baquero (2003, p. 83) identifica em suas pesquisas “a ausência de capacidade cooperativa entre os brasileiros, o que poderia explicar os déficits de participação política e a consequente instabilidade democrática”.

A fim de compreender como se dá a relação entre jovens brasileiros e a participação política no contexto das novas tecnologias digitais, a pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada a partir da aplicação de duas técnicas metodológicas: i) aplicação de 500 questionários eletrônicos para um público de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, das cinco regiões do país; ii) realização de 30 entrevistas episódicas com jovens de 15 a 29 anos, das cinco regiões do país. Considerando que o Brasil tem mais de 50 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, de acordo com o IBGE⁵, o cálculo amostral foi feito de maneira experimental, buscando equilíbrio entre o número de respondentes em cada região do país.

Durante o desenvolvimento da pesquisa verificou-se, entre seus resultados, o fato de que a institucionalização e a burocratização têm uma forte tendência a limitar a participação coletiva, e parece ser esse o principal insumo para o enfraquecimento da participação social, que ao longo do tempo, também poderá afetar a legitimidade das instituições democráticas. Combater esta tendência burocratizante e autoritária que rechaça a participação popular é um desafio a ser enfrentado pelas instituições públicas e pelos cidadãos, bem como zelar para fortalecer as participações democráticas não presenciais utilizando outros recursos e ferramentas coletivas, como, por exemplo, a internet.

Neste sentido, viu-se a necessidade de desenvolver uma pesquisa propositiva intervencionista a partir da divulgação dos resultados obtidos, para que possam ser acessados e, de maneira colaborativa, ampliados a partir do envolvimento de outros atores

⁵ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 28 out. 2020.

sociais. Dessa forma, foi criado o Observatório de Participação das Juventudes⁶, um portal com o objetivo de atuar como repositório do mapeamento de modalidades de participação desempenhadas em cinco categorias: i) eleições e representantes; ii) educação política; iii) monitoramento e transparência; iv) debate e deliberação e v) serviços públicos.

(Novas) Modalidades de Participação

Nas palavras de Norris: “As atividades orientadas para o cidadão, exemplificadas pela participação através do voto e pela filiação a partidos continuam sendo importantes para a democracia”, mas hoje representam uma “conceituação estreita demais do ativismo, que exclui algumas das metas mais comuns do engajamento cívico, que se tornaram convencionais e predominantes” (2001, p. 639).

Com a redução do custo das comunicações a partir do advento da internet, a esperança era de que o uso das novas tecnologias de informação resultaria em uma maior participação. Entusiastas da democracia digital, por exemplo, apontam que “as novas tecnologias podem promover discurso aberto e racional, a igualdade de participação e a inclusão de diversos pontos de vista” (NOVECK, 2010, p. 60).

De acordo com Scolari (2008, p. 97) estaríamos diante de um novo paradigma da comunicação, em que a realidade nos apresenta usuários ativos, novos formatos e linguagens e formas coletivas de geração de saber. Neste contexto, “o usuário pode escolher entre diferentes conteúdos, manipulá-los, reproduzi-los, retransmiti-los e regular seu tempo de consumo”.

As mudanças provocadas a partir do desenvolvimento de tecnologias digitais e a convergência dos meios têm impactado a maneira como os cidadãos fazem uso dos meios de comunicação e evidenciado que o fenômeno da convergência representa mais do que uma mudança nas tecnologias de consumo:

A convergência das mídias é mais do que apenas uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento [...] A convergência refere-se a um processo, não a um ponto final. (JENKINS, 2008, p. 43).

⁶ Disponível em: <https://www.participacaodasjuventudes.org/>. Acesso em: 08 out. 2020.

Acompanhamos nos últimos anos mudanças nos padrões e, até mesmo, na conceituação do termo participação. No contexto brasileiro temos, por exemplo, menos pessoas votando e se filiando a partidos políticos, o que não é realidade exclusiva do Brasil, mas acontece, em menor ou maior escala, em diferentes partes do mundo. Esta é uma tendência para um desengajamento duradouro da juventude na política? Ou um sinal de que essas formas tradicionais estão sendo substituídas por novos padrões de envolvimento cívico pensados pelos jovens?

Uma das principais razões para as visões divergentes da participação política atual é a crescente fragmentação das perspectivas de pesquisa. Como Norris (2001) argumenta, enquanto os cientistas políticos lamentam a baixa na taxa de filiação partidária, estudiosos de relações internacionais celebram o nascimento da sociedade civil global e pesquisadores de comunicação acolhem o surgimento do ativismo na Internet.

A tendência à baixa identificação partidária, bem como a desconfiança em relação às instituições, são acompanhadas pelo crescimento de redes sociais (digitais ou não) que incentivam a participação política a partir da ação coletiva de associações voluntárias, grupos comunitários e organizações privadas. As relações sociais e ligações horizontais que surgem entre as pessoas formam um capital social, que é a base do engajamento público dos cidadãos.

Apesar do fato de que essas organizações são heterogêneas e nem todas visam diretamente o poder político, criam “redes sociais, normas de reciprocidade e fidedignidade” (PUTNAM, 2000, p. 19), estimulando, assim, uma preocupação compartilhada do bem público que, por sua vez, influencia a participação política, o que pode ser visto nas falas dos entrevistados, apresentadas a seguir:

Acho que a maior vantagem da internet em relação às outras tecnologias se dá pelo fato de que mesmo que o Brasil ainda não seja um país totalmente conectado e digitalizado, de alguma forma o que acontece no ambiente online reverbera até para aqueles que não têm o acesso frequente às tecnologias. As discussões que nascem no virtual ganham espaço nas conversas informais e nos ambientes de socialização das pessoas. (E15, 23 anos).

As pessoas têm uma visão muito exagerada do potencial da internet. Todo mundo fala, ok. Mas quem, de fato, te escuta? Ainda é um espaço de poder onde quem tem voz de verdade são as pessoas privilegiadas. Não vejo como um espaço democrático. É mais um canal de participação e informação, mas ainda muito focado naqueles que têm voz, que têm seguidores e acesso, que são basicamente as pessoas que já são ativas no off-line, e aí ganharam mais espaço. (E25, 28 anos).

A política e os processos democráticos foram amplamente transformados a partir da presença das novas tecnologias da informação no debate político e nas estratégias de busca de poder. Neste contexto, “opções políticas conflitantes, incorporadas pelos partidos e candidatos, utilizam a mídia como se principal veículo de comunicação, influência e persuasão” (CASTELLS, 1999, p. 370). Essa relação entre mídia e política não é exclusiva da mídia digital, pelo contrário, historicamente tem seu cerne na mídia analógica e eletrônica.

Ao abordar temas como capital social, engajamento e participação, a pesquisa que originou este artigo não teve como objetivo criar uma escala entre as práticas participativas, mas sim reconhecer, a partir das perspectivas das juventudes brasileiras, ferramentas e modalidades de participação consideradas por este público. Neste sentido, foi realizado um levantamento de práticas consideradas participativas pelos próprios jovens que compõem a amostra. As tecnologias digitais fizeram-se presentes não só nas modalidades realizadas no ambiente virtual (como uma consulta pública online, por exemplo), mas também nas práticas presenciais, evidenciando a centralidade das tecnologias e a impraticável divisão entre atividades participativas online e off-line, uma vez que o ambiente digital também se mostra presente nas práticas participativas ditas convencionais, seja na busca por informação, na produção de conteúdo ou na organização coletiva.

(Novas) Tecnologias para a Participação

Desde o início da idealização da pesquisa a que se refere este artigo, houve a preocupação acerca de evitar definições prontas, ou juízos de valor em relação às práticas participativas observadas. A ideia não é medir modalidades de participação mais ou menos eficazes, e sim identificar o entendimento do conceito de participação pelos jovens, bem como suas práticas a partir dos usos e apropriações de tecnologias digitais.

Neste sentido, a partir das entrevistas episódicas realizadas com 30 jovens brasileiros, foi possível ampliar algumas questões identificadas na aplicação do questionário, entre elas os ambientes considerados propícios, ou favoráveis, à participação. Neste sentido, destacaram-se: i) casa, ii) escola, iii) igreja, iv) bairro/comunidade e v) internet, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Ambientes favoráveis à participação

Ambiente	Fala do entrevistado
Casa	<i>Minha mãe foi uma das fundadoras do partido na minha cidade, então a política para nós era algo muito comum. Um dia cheguei em casa e o plano de governo do partido estava em cima da minha cama. Comecei a ler e me interessou. Foi muito natural. (E6, 29 anos).</i>
Escola	<i>Na escola, vivemos o momento em que começamos a entender a vida em sociedade e o papel da política, das organizações, de grupos para fins comuns. É importante levar a política para ambientes do dia a dia, levar a política para o pátio da escola. É um desafio cada vez maior, mas é preciso criar esses ambientes. (E20, 16 anos).</i>
Comunidade	<i>Eu nasci em São Bernardo do Campo, então você imagina a efervescência política de uma cidade como essa. No meu bairro, desde sempre, se fala sobre política. Quando eu era criança nem sabia que aquilo era política: se reunir, debater, se organizar. Era ali que as decisões do bairro eram tomadas, entre a comunidade. (E11, 28 anos)</i>
Igreja	<i>As igrejas têm um papel importante historicamente, e agora mais ainda! Muito da ideia de comunidade que os jovens têm vem dali. Elas organizam eventos para discutir a sociedade, debater políticas, não apenas para fins eleitorais, mas também políticas do cotidiano das pessoas. (E27, 18 anos).</i>
Internet	<i>A internet não substitui a militância nas ruas, o trabalho básico da política. As duas coisas são paralelas. A internet ajuda de maneira bastante substancial a organização política, reúne pessoas com os mesmos interesses, as mesmas causas, facilita o contato, a disseminação de ideias e até o debate. (E17, 26 anos).</i>

Fonte: elabora pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa, 2020.

Debruçando-nos especificamente no caso da Internet como ambiente favorável à participação, temos, ao menos, duas questões relativas às tentativas de apreensão do mundo digital. A primeira delas consiste na abordagem pelo viés das práticas e dos hábitos dos usuários na internet. Por meio dela, procuramos compreender como os indivíduos se comportam, quanto tempo gastam nos ambientes virtuais, quais os perfis desses usuários, se estão mais propícios a produzir conteúdo ou compartilhar, por exemplo. Já a segunda tentativa relaciona-se à prática de atividades de participação política no ambiente virtual, sendo essa segunda dependente não apenas do acesso às tecnologias, mas também de outras questões como interesse; disponibilidade; acesso a recursos; motivadores e desmotivadores da participação, entre outros.

Em diferentes momentos de aplicação da pesquisa as mídias digitais também foram apresentadas por um lado como espaços favoráveis à participação e, por outro lado, ferramentas que dificultam a participação. Neste contexto dúbio é preciso considerar o papel da mídia, analógica ou digital, como ferramenta de visibilidade política, não apenas de figuras políticas, mas também, e principalmente, de temáticas que geram engajamento público e participação.

Após o surgimento e a popularização do acesso à web 2.0 a multidimensionalidade do fenômeno da participação ficou ainda mais evidente. As conceituações de participação mostram-se dinâmicas, uma vez que a concepção de modalidades convencionais e não convencionais de participação também têm sofrido mudanças, uma vez que tal denominação estaria mais adequada para o contexto dos anos de 1970 e não mais seria apropriada para diferenciar as modalidades de participação hoje, pois a maioria dos atos “não convencionais” daquele contexto teriam se institucionalizado nas realidades das democracias do século XXI.

Dijk e Hacker (2000, p. 4) apontam alguns efeitos potenciais sobre as democracias a partir da utilização das TICs e da comunicação mediada por computador (CMC): a) as TICs aumentam a escala e a velocidade do fornecimento de informações; b) a participação política online pode ser mais fácil, uma vez que certos obstáculos, como apatia, timidez, e falta de tempo podem ser reduzidos; c) a comunicação mediada por computador cria novas formas de organizar grupos específicos para discussão, diminuindo custos; d) a internet permite que novas comunidades políticas surjam sem intervenção do Estado; e) o sistema de hierarquia política torna-se mais horizontal, permitindo que os cidadãos tenham mais voz na criação de agendas para o governo.

Correntes teóricas humanistas analisam a participação em rede como a potencial expansão digital da esfera pública. Assim, as ferramentas e plataformas digitais da internet podem ser potencialmente democratizadoras se conseguirem promover uma comunicação “mais horizontal, interativa e solidária e buscarem uma ordem mais justa e igualitária mediante a maior autonomia social frente ao Estado e ao mercado”. Acredita-se que “as novas tecnologias digitais podem colaborar na criação ou sustentação de órgãos de poder e participação cidadã que ampliam e reformulam as formas de ação e interlocução dos sujeitos” (SIERRA, 2006, p. 139).

Com o desenvolvimento e a popularização da internet iniciaram-se as discussões em torno do potencial social, político e democrático da rede mundial de computadores. A internet oferece variedades crescentes de informações, reduz os custos de participação política e permite que os diferentes participantes possam se envolver no diálogo a partir da troca de e-mails, chats e grupos eletrônicos de discussão.

As redes do ciberespaço representam um meio de comunicação com recursos de interação sem precedentes quando comparadas aos meios analógicos e podem fornecer diversos canais para os cidadãos se comunicarem diretamente, trocarem informações, consultarem e discutirem de forma imediata, além de serem serviços com custos e com exigência de conhecimentos tecnológicos relativamente acessíveis para a maioria das pessoas das diversas camadas sociais.

As comunidades virtuais estão criando plataformas adicionais importantes para facilitar a participação cidadã na esfera pública do ciberespaço, seja de natureza política, profissional ou cultural. Também os autores e especialistas dos diversos campos de pesquisa e do conhecimento contemporâneo alimentam relevantes discussões sobre os papéis e os efeitos da internet entre sociedades e indivíduos cada vez mais “digitalizados e conectados”.

(Novas) Demandas das Juventudes Brasileiras

O papel da cultura digital nos movimentos sociais, políticos e culturais de reivindicação de direitos tem sido perturbador tanto na dimensão política quanto na participação do cidadão, bem como nas narrativas e discursos, nos modelos de organização e ação coletivas e nos processos de representação e expressão do cidadão.

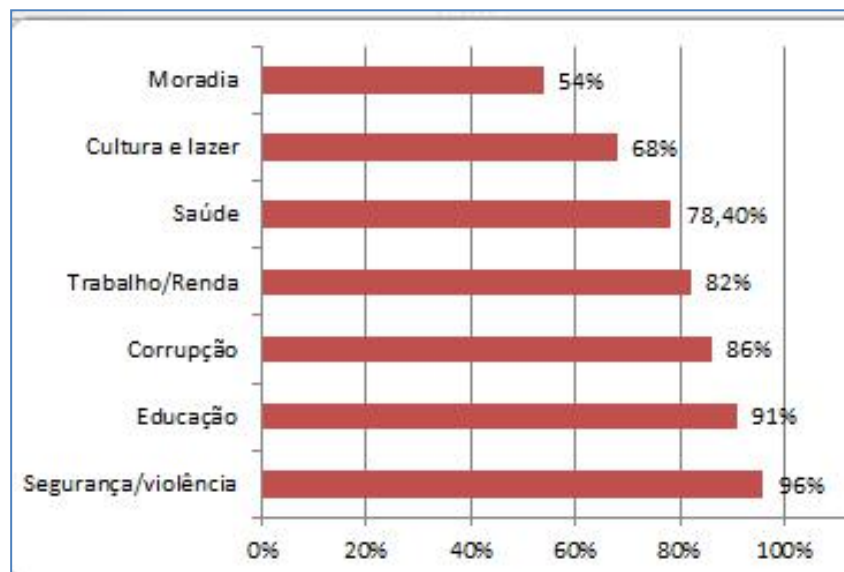
Em outras palavras, o ciberativismo coloca não apenas um problema de método ou meramente instrumental no tratamento desses novos fenômenos, mas,

essencialmente, um dilema conceitual que justifica a relevância de definir novas formas de intervenção social, considerando o direito à participação como direito meio para alcançar outros direitos de cidadania. A partir desta pesquisa, ficou evidente o surgimento de novas demandas político-sociais, bem como a importância da mediação digital na construção da dinâmica de intervenção política.

No contexto das tecnologias digitais, a ferramenta tecnológica (que é um espaço físico de encontro e um recurso material) é transformada em objeto relacional e de ressignificação das práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos, gerando um processo de recodificação, no qual se incluem ondas de protestos, a partir de novas formas de ação coletiva e mediação social.

Ainda que sejam observadas mudanças na maneira de organização destes movimentos, a pesquisa identificou que as demandas que engajam os jovens se repetem historicamente. Quando questionados sobre os temas que mais os preocupam, as respostas foram as seguintes:

Gráfico 1- Temas que mais preocupam os jovens



Fonte: elabora pela autora a partir dos dados coletados na pesquisa, 2020.

Sierra, Leetoy e Gravante (2020) apontam três características primordiais neste contexto:

- i) A multiplicação de fóruns de discussão e o desenvolvimento de espaços de expressão e visibilidade social de grupos populacionais tradicionalmente excluídos da mídia convencional, em particular jovens e mulheres;

-
- ii) A existência de grupos sociais de mobilização e intervenção política em processos de netativismo (narrativas ativistas) em nível local;
 - iii) A extensão de redes globais de mobilização baseadas em experiências participativas de criatividade social no uso e apropriação de novas tecnologias para o desenvolvimento social.

Neste sentido, faz-se necessário questionar:

- i) As tipologias e experiências da participação do cidadão no ambiente digital;
- ii) Os atores e processos de articulação do tecido social e das redes cívicas;
- iii) As metodologias e tipos de intervenção das organizações e movimentos sociais em processos de mobilização em rede;
- iv) As técnicas e usos sociais das tecnologias digitais para intervenção nas práticas políticas e sociais a partir das práticas de ativismo digital.

As novas (e velhas) demandas reivindicadas pelos jovens brasileiros exemplificam o processo de construção das identidades em contextos marcados por relações de poder. Neste sentido, Castells (1999) identifica três tipos: a) identidade legitimadora: cuja origem está ligada às instituições dominantes; b) identidade de resistência, gerada por atores sociais que estão em posições desvalorizadas ou discriminadas, o que o autor chama de —trincheiras de resistênciall e c) identidade de projeto, produzida por atores sociais que partem dos materiais culturais a que têm acesso, para redefinir sua posição na sociedade.

Compreendendo o jovem organizado em sua complexidade, é de se notar que muitos dos que atuam reivindicando políticas de juventude militam em organizações sociais e associações da sociedade civil que não tem, necessariamente, a juventude como ponto central. Há muitas formas possíveis de lidar com essa multiplicidade de demandas dentro dos movimentos, e essas configurações geram novas articulações. As redes sociais, por exemplo, têm assumido a função de trabalho de base na ampliação da mobilização e organização de novos grupos. Os jovens buscam espaços menos burocratizados e mais criativos. Evidência disso é o fato de que entre os principais pontos ressaltados como desmotivadores da participação institucional foram citados: burocracia, falta de tempo, falta de feedback.

Algumas considerações

A partir da pesquisa que originou este artigo, foi possível identificar a multiplicidade temática que orienta a ação política da juventude: de movimentos feministas ao Movimento dos Sem Terra, as Pastorais de Juventude, o movimento LGBTQ+; o movimento ambientalista, coletivos pelo direito à cidade, o movimento de juventude negra, além do próprio movimento estudantil e político partidário, entre outros.

A ‘nova’ feição dos movimentos sociais em rede, portanto, está identificada mais pelos processos em que se estruturam do que pelos temas pelos quais se interessam. Tais movimentos representam não apenas uma alternativa à estrutura vertical rígida com a qual se estabeleceram partidos e sindicatos no século XX, então os canais mais pretensamente representativos das reivindicações de uma comunidade politicamente organizada. A proposta de organização de movimentos, grupos e coletivos também contém a necessária afirmação da superação das relações hierarquizadas e autoritárias.

Observa-se que a maneira como se articulam os jovens em torno dos coletivos, a pluralidade de interesses, os meios de mobilização para manifestações de massa e a forma de liderança horizontal são as mudanças mais significativas no atual contexto político brasileiro, viabilizadas pela disponibilidade de tecnologias de informação e comunicação, sem que, no entanto, haja uma reflexão conclusiva dessas mudanças.

A partir do uso de tecnologias da informação como ferramentas de articulação, mobilização e participação política das Juventudes, sob a forma de coletivos e ações de monitoramento, problematizando sua valorização como meio de interação, buscando uma análise que nem superestime nem tampouco subestime o papel das TICs nos movimentos de juventude, foi possível observar: i) falta de confiança dos jovens brasileiros nos políticos e nas instituições políticas, ii) agravamento da sensação de risco e incerteza associadas aos processos de tomada de decisão, requerendo um controle mais direto dos cidadãos em processos deliberativos sobre decisões que afetem as suas vidas; iii) falta de interesse na política tradicional representativa, motivada pelo sucessivo desrespeito da vontade coletiva; iv) necessidade de pensar e implementar alternativas democráticas feitas de mais e de melhor participação cidadã na vida coletiva.

E, portanto, neste contexto de crise(s) (econômica, social e democrática) que se tem gerado não só fortes ondas de contestação, como se tem avançado também com a reivindicação e a necessidade de pensar propostas alternativas ao cenário de déficit democrático em que vivemos. Tal cenário, acrescido de descontentamento motivado

pela austeridade trazida pela crise, conduziu as pessoas para as ruas e para as redes, para o espaço público que se tornou fértil em ações de ativismo (e netativismo) onde se veiculam propostas de ação coletiva.

A maioria dos estudos sobre cultura digital e ciberdemocracia centraliza-se no papel das novas tecnologias nos processos de participação cidadã e reconfiguração do espaço público. Com a modernidade, como é reconhecido pelos estudos de opinião pública a partir da década de 1930, a informação e a comunicação passam a desempenhar funções importantes na conformação de espaços de deliberação e representação política. A partir disso, é comum reconhecer que sem acesso à informação e ao espaço comunicacional, a liberdade de expressão e outros direitos sociais tendem a ser violados.

Assim, o conceito de tecnopolítica representa “um movimento de renovação política através da tecnologia social”. Essa, por sua vez, é entendida como compreendendo “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (BARRETO; PIAZZALUNGA, 2012, p. 4).

Com a tecnopolítica, estamos frente a formas emergentes de cidadania, construção coletiva e interação cidadã com sistemas modernos de comunicação, tendo a cooperação e a organização de redes cívicas e o desenho da organização da mudança social como características e o cidadão como protagonista das transformações dos novos sistemas midiáticos. A emergência de novos processos de participação local e global tem redefinido o contexto social de uso das tecnologias, como é o caso das iniciativas de netativismo pelo direito à cidade, como apontam Antoun e Malini (2013) e Maricato (2013), por exemplo.

Estamos frente a um novo modelo de mediação social, em que são cada vez mais necessários estudos sobre as experiências de inovação social participativas, bem como investigações sobre as novas formas de construção da cidadania e de subjetividades políticas, assim como se propôs esta pesquisa a partir do Observatório de Participação das Juventudes (participacaodasjuventudes.org). A nova configuração sociopolítica da era digital exige assumir a complexidade dos fluxos transversais de informação e conhecimento que permeiam as diferentes dimensões da vida cotidiana.

REFERÊNCIAS

ANTOUN, H; MALINI, F. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n. 21, 2003.

BARRETO, S. F. A.; PIAZZALUNGA, R. Tecnologias sociais. **Cienc. R. Tendências Cult.**, v. 64, n. 4, São Paulo, out./dez, 2012.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede.** v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HACKER, K. L.; DIJK, J. V. **Digital Democracy: issues of theory and Practice.** London: Sage Publications, 2000.

JENKINS, H. **Cultura da convergência.** São Paulo: Ed. Aleph, 2008.

NORRIS, P. **Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide.** New York: Cambridge University Press, 2001.

MARICATO, E. **Cidades rebeldes.** São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

NOVECK, B. S. The single point of failure. In LATHROP, D.; RUMA, L. **Open Government: collaboration, transparency, and participation in practice.** Cambridge: O'Reilly Media, 2010.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: America's declining social capital.** Journal of Democracy, 1995.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva.** Editorial Gedisa, 2008.

SIERRA, F. **Políticas de comunicación y de educación.** Crítica y desarrollo de la sociedad del conocimiento. Barcelona: Gedisa, 2006.

SIERRA, F. C.; LEETOY, S. L.; GRAVANTE, T. (Ed.). **Ciudadanía digital y democracia participativa.** Comunicación Social ediciones y publicaciones, 2018.